

# PARQUE ESTADUAL DA CANTAREIRA



## PLANO DE MANEJO



SECRETARIA DO  
MEIO AMBIENTE



Imagens da capa e da abertura dos capítulos:  
Vista da Pedra Grande – Arquivo PEC  
Casa da Bomba – Arquivo PEC  
Onça-parda *Puma concolor* – Fausto Pires de Campo  
Represa do Cabuçu – Arquivo PEC  
Preguiça *Bradypus variegatu* – Arquivo PEC

A revisão do Plano de Manejo do Parque Estadual da Cantareira foi elaborada como parte integrante do Termo de Compromisso de Compensação Ambiental (TCCA), no âmbito do licenciamento ambiental relativo à implantação do empreendimento imobiliário “Serra de Santa Clara” pela empresa Raix Empreendimentos Imobiliários e Participações S.A, conforme Processo SMA nº 13.723/2004.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**José Serra**

SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE  
**Francisco Graziano Neto**

FUNDAÇÃO FLORESTAL

PRESIDENTE  
**Paulo Nogueira Neto**

DIRETORIA EXECUTIVA  
**José Amaral Wagner Neto**

DIRETORIA DE OPERAÇÕES  
**Bóris Alexandre Cesar**

DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA  
**Wanda Terezinha P. V. Maldonado**

DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA  
**José Carlos Geraci**

NÚCLEO PLANOS DE MANEJO  
**Cristiane Leonel**

INSTITUTO FLORESTAL

DIRETORIA GERAL  
**Francisco José do Nascimento Kronka**

DIVISÃO DE RESERVAS E PARQUES  
ESTADUAIS  
**José Luiz de Carvalho**

DIVISÃO DE FLORESTAS E ESTAÇÕES  
EXPERIMENTAIS  
**Antônio Orlando da Luz Freire Neto**

DIVISÃO ADMINISTRATIVA  
**Hélio Yoshiaki Ogawa**

DIVISÃO DE DASONOMIA  
**João Batista Baitello**

GERÊNCIA REGIONAL METROPOLITANA  
**Luiz Fernando da Costa Alves Feijó**

COORDENAÇÃO REGIONAL  
**Vladimir Arrais de Almeida**

PARQUE ESTADUAL DA CANTAREIRA  
**Fernando Dêscio**

Junho de 2009

## **CRÉDITOS TÉCNICOS E INSTITUCIONAIS**

### **FUNDAÇÃO FLORESTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO**

Núcleo Planos de Manejo

### **EQUIPE DE ELABORAÇÃO DO PLANO DE MANEJO DO PARQUE ESTADUAL DA CANTAREIRA**

#### **Coordenação Geral**

Cristiane Leonel

Núcleo Planos de Manejo

#### **Grupo Técnico de Coordenação**

##### Fundação Florestal

Fernando Décio

Gestor do Parque Estadual da Cantareira

##### Instituto Florestal

Cristina Santiago

Assessora Técnica de Programação

Kátia Mazzei

Pesquisadora Científica

Marco Aurélio Nalon

Assessor Técnico de Programação

Luis Alberto Bucci

Pesquisador Científico

##### Consultoras Independentes

Christiane Holvorcem

Coordenação Executiva

Maria Isabel Amando de Barros

Coordenação Executiva

#### **Secretaria**

Maria Luci de Toledo

Fundação Florestal

## **Equipe Técnica das Áreas Temáticas**

### **Meio Físico**

#### Coordenação

Márcio Rossi Instituto Florestal

#### Clima

Alceu Jonas Faria Instituto Florestal

Rodrigo Wenzel Estagiário

#### Recursos Hídricos

Carla Daniela Câmara Instituto Florestal

Francisco Carlos Soriano Arcova Instituto Florestal

Valdir de Cicco Instituto Florestal

Maurício Ranzini Instituto Florestal

Rafael Alexandre Ferreira Luiz Consultor

João Batista Amaro dos Santos Técnico

Lívia Fagnani Sanches de Souza Estagiária

Yuri Veneziani Estagiária

#### Geologia, Geomorfologia e Pedologia

Antonio Gonçalves Pires Neto Consultor

Marcio Rossi Instituto Florestal

Juliana dos Santos Neves Estagiária

### **Meio Biótico**

#### Coordenação

Frederico A. R. Dal Pozzo Arzolla Instituto Florestal

#### Vegetação

Frederico A. R. Dal Pozzo Arzolla Instituto Florestal

Claudio de Moura Instituto Florestal

Francisco Eduardo Silva Pinto Vilela Instituto Florestal

Inaya Fukai Modler Consultora

Isabel Fernandes de Aguiar Mattos Instituto Florestal

João Aurélio Pastore Instituto Florestal

João Batista Baitello Instituto Florestal

Nathali Ingrid de Castro

Osny Tadeu Aguiar Instituto Florestal

Roque Cielo-Filho Instituto Florestal

Silvana C.Pereira Muniz de Souza

Vanda dos Santos Silva

Camila da Silva Nunes Estagiária

Patrícia Ferreira e Lima Estagiária

Victor Gregorato Estagiário

Alexandro Brasil Auxiliar

Adão Arlindo de Paula Auxiliar

Antonio Cassalho Auxiliar

Carlos Alberto Cassalho Auxiliar

Ernane Lino da Silva Auxiliar

José Antonio de Oliveira Auxiliar

#### Dados Secundários de Vegetação

Daniela Fessel Bertani	Instituto Florestal
Flaviana Maluf de Souza	Instituto Florestal
Frederico A. R. Dal Pozzo Arzolla	Instituto Florestal
Geraldo A. Daher Correa Franco	Instituto Florestal
João Aurélio Pastore	Instituto Florestal
João Batista Baitello	Instituto Florestal
Natália Macedo Ivanauskas	Instituto Florestal
Osny Tadeu Aguiar	Instituto Florestal
Marcelo Del Bel	Estagiário
Marianna C. de Almeida Puschiavo	Estagiária
Patrícia Ferreira e Lima	Estagiária

#### Médios e Grandes Mamíferos

Eduardo Morell	Instituto Florestal
Kátia Mazzei	Instituto Florestal
Leonardo Carreira Trevelin	Instituto Florestal
Marcio Port-Carvalho	Instituto Florestal
Maurício Silveira	Instituto Florestal
Tatiana Rosa Diniz	Estagiária

#### Pequenos Mamíferos

Sandra Elisa Favorito-Raimo	Consultora
Caroline Cotrim Aires	Consultora
Cristiane Rosa Castro	Estagiária
Erika Parijani da Silva	Estagiária
Juliana Gaboardi Vultão	Estagiária

#### Avifauna

Alexsander Zamorano Antunes	Instituto Florestal
Marilda Rapp de Eston	Instituto Florestal

#### Herpetofauna

Dante Pavan	Consultor
Gláucia Cortez Ramos de Paula	Instituto Florestal
Camila da Silva Nunes	Estagiária
Adão Arlindo de Paula	Auxiliar
José Antonio de Oliveira	Auxiliar

#### Dados Secundários de Fauna

Sandra Elisa Favorito-Raimo	Consultora
Cristiane Rosa Castro	Estagiária
Erika Parijani da Silva	Estagiária
Juliana Gaboardi Vultão	Estagiária

## **Meio Antrópico**

### Socioeconomia e Vetores de Pressão

Dimas Antonio da Silva	Instituto Florestal
Mônica Pavão	Instituto Florestal
Agnes Fernades	Consultora
Maria de Lourdes Zuquim	Consultora
Katia Miaciro	Revisora
Tadeu da Costa Gaspareto	Estagiário
Maurício Fiani Veiga	Estagiário

### Zoonoses

Kátia Mazzei	Instituto Florestal
Inês Suarez Romano	Coordenação de Vigilância em Saúde
Wilma Tiemi Miyake Morimoto	Coordenação de Vigilância em Saúde
Rejane Calixto Gonçalves	Coordenação de Vigilância em Saúde
Elisabete Aparecida da Silva	Gerência do Centro de Controle de Zoonoses
Sandra Regina Nicoletti D'Auria	Gerência do Centro de Controle de Zoonoses
Sandro Marques	Gerência do Centro de Controle de Zoonoses
Rosane Correa de Oliveira	Gerência do Centro de Controle de Zoonoses
Miriam Martos Sodrê Silva	Gerência do Centro de Controle de Zoonoses
Adriana Rückert da Rosa	Gerência do Centro de Controle de Zoonoses
Dulce M. de Almeida G. Junqueira	Gerência de Vigilância em Saúde Ambiental
Gizelda Katz	Gerência de Vigilância em Saúde Ambiental
Marcia Regina Buzzar	Gerência de Vigilância em Saúde Ambiental
Maria das Graças S. dos Santos	Gerência de Vigilância em Saúde Ambiental
Paula Regina Glasser	Gerência de Vigilância em Saúde Ambiental
Nathália Cristina S. Franceschi	Gerência de Vigilância em Saúde Ambiental
José Olímpio M. de Albuquerque	Núcleo T. de Informação em Vigilância em Saúde
Julio César de Magalhães Alves	Núcleo T. de Informação em Vigilância em Saúde
Cleir Santana	Núcleo T. de Informação em Vigilância em Saúde
Vania Soares de AzevedoTardelli	Coordenadoria Regional de Saúde Norte
Chang Chung Sing Waldman	Coordenadoria Regional de Saúde Norte
Lourdes Bernadete S. P. Alexandre	Coordenadoria Regional de Saúde Norte
Regina Célia Gentil	Coordenadoria Regional de Saúde Norte
Roldon Santos do Paço	Coordenadoria Regional de Saúde Norte
Cláudia Barleta	Superintendência de Controle de Endemias
Cristina da Costa Sabbo	Superintendência de Controle de Endemias
Cláudia Santos Luz	Superintendência de Controle de Endemias
Rubens Antonio da Silva	Superintendência de Controle de Endemias
Romeu dos Santos Filho	Bolsista Fundap
Iole Arumi Sei	Superintendência de Controle de Endemias
Ana Maria de Castro Duarte	Superintendência de Controle de Endemias
Izilda Curado	Superintendência de Controle de Endemias
Fernanda Pires Olhweiller	Superintendência de Controle de Endemias
Eudina Agar Miranda Freitas Barata	Serviço Regional da Grande São Paulo
Valéria Cristina de Araujo	Serviço Regional da Grande São Paulo
Fernando Descio	Instituto Florestal
Hugo da Fonseca Alves Pereira	Instituto Florestal
Marcio Port Carvalho	Instituto Florestal
Marilda Rapp de Eston	Instituto Florestal

## **Programas de Gestão**

### Gestão Organizacional

Sergio Talocchi	Consultor
Patricia Meirelles	Consultora
Fernando Descio	Parque Estadual da Cantareira
Elisângela Moino Vicario	Parque Estadual da Cantareira
Márcia de Oliveira Leite	Parque Estadual da Cantareira
Simone Duarte da Silva	Parque Estadual da Cantareira
Ricardo Marcelo Giacon	Instituto Florestal
Waldiner Gomes de Oliveira	Estagiário

### Proteção

Sergio Talocchi	Consultor
Patricia Meirelles	Consultora
Fernando Descio	Parque Estadual da Cantareira
Márcia de Oliveira Leite	Parque Estadual da Cantareira
Elisângela Moino Vicário	Parque Estadual da Cantareira
Floriano Pereira Neto	Vigia
Pedro Braga Filho	Vigia

### Pesquisa e Manejo do Patrimônio Natural e Cultural

Cristina de Marco Santiago	Instituto Florestal
Rosângela Célia R. de Oliveira	Instituto Florestal
Fernanda de Campos Bardelli	Estagiária
Dalmo Dippold Vilar	Consultor
Filomena Pugliese Fonseca	Consultora

### Uso Público

Sueli Herculiani	Instituto Florestal
Waldir Joel de Andrade	Instituto Florestal
Marilda Rapp de Eston	Instituto Florestal
Alessandra Freire de Reis	Estagiária
Cristiane Incau Pinto Pimentel	Estagiária
Felipe Augusto Santos Silva	Estagiário
Reginaldo Fernandes da Rocha	Estagiário

### Interação Socioambiental

Rodrigo A. Braga Moraes Victor	Reserva da Biosfera do Cinturão Verde
Elaine Aparecida Rodrigues	Instituto Florestal
Bely Clemente Camcho Pires	Reserva da Biosfera do Cinturão Verde
Vanessa Cordeiro de Souza	Reserva da Biosfera do Cinturão Verde

### Regularização Fundiária

Ana Carolina de Campos Honora	Fundação Florestal
Maria Aparecida C. S. Resende	Fundação Florestal
Genival Sales de Souza	Instituto Florestal
Renata Negrini	Consultora



**Planejamento Integrado**

Rosana Kisil  
Alessandra Freire de Reis

Consultora  
Estagiária

**Geoprocessamento**

Ciro Koiti Matsukuma  
Ewerton Talpo

Instituto Florestal  
Instituto Florestal

**Revisão e Edição**

Cristiane Leonel  
Fernando Décio  
Kátia Mazzei  
Márcia de Oliveira Leite  
Maria Isabel Amando de Barros

Fundação Florestal  
Fundação Florestal  
Instituto Florestal  
Fundação Florestal  
Consultora

## **O PATRIMÔNIO NATURAL DO ESTADO DE SÃO PAULO E A GESTÃO DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO**

A Secretaria do Meio Ambiente é o órgão do Governo do Estado responsável pelo estabelecimento e implementação da política de conservação do estado de São Paulo, considerando, dentre outras ações, a implantação e a administração dos espaços territoriais especialmente protegidos, compreendendo unidades de conservação de proteção integral e de uso sustentável.

A Fundação Florestal tem a missão de contribuir para a melhoria da qualidade ambiental do Estado de São Paulo, visando a conservação e a ampliação de florestas. Tais atribuições são implementadas por meio de ações integradas e da prestação de serviços técnico-administrativos, da difusão de tecnologias e do desenvolvimento de metodologias de planejamento e gestão. Sua ação sustenta-se em quatro vertentes: conservação, manejo florestal sustentável, educação ambiental e ação integrada e regionalizada.

Criada pela Lei N° 5.208/86, no final do governo estadual de André Franco Montoro, a Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo - Fundação Florestal, como passou a ser conhecida, surgiu na forma de um órgão de duplo perfil, ou seja, uma instituição que implantasse a política ambiental e florestal do Estado com a eficiência e a agilidade de uma empresa privada.

Vinculada à Secretaria do Meio Ambiente, a Fundação Florestal vinha implantando uma visão moderna de gestão ambiental, procurando mostrar que a atividade econômica, desde que praticada na perspectiva do desenvolvimento sustentável, pode gerar bons negócios, empregos e capacitação profissional, ao mesmo tempo em que protege o patrimônio natural e utiliza de maneira racional e sustentável os recursos naturais.

Foi com este espírito que grandes mudanças ocorreram na Fundação Florestal a partir do final de 2006. Inicialmente as Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs), até então atreladas ao Governo Federal, por meio do Decreto Estadual n°51.150, de 03/10/06, passaram a ser reconhecidas no âmbito do Governo Estadual, delegando à Fundação Florestal a responsabilidade de coordenar o Programa de Apoio às RPPNs. Um mês depois, o Decreto Estadual n° 51.246, de 06/11/06, atribuiu à Fundação Florestal a responsabilidade do gerenciamento das Áreas de Relevante Interesse Ecológico (ARIE), nas áreas de domínio público.

Ainda no final de 2006 foi instituído, através do Decreto Estadual n° 51.453, de 29/12/06, o Sistema Estadual de Florestas – SIEFLOR, com o objetivo de aperfeiçoar a gestão e a pesquisa na maior parte das unidades de conservação do Estado de São Paulo. Os gestores desse Sistema são a Fundação Florestal e o Instituto Florestal, contemplando, dentre as unidades de conservação de proteção integral os Parques Estaduais, Estações Ecológicas e Reservas de Vida Silvestre e, dentre as unidades de conservação de uso sustentável, as Florestas Estaduais, Reservas de Desenvolvimento Sustentável e as Reservas Extrativistas. A Fundação Florestal desenvolve, implementa e gerencia os programas de gestão nestas unidades enquanto, o Instituto Florestal, realiza e monitora atividades de pesquisa.

Em maio de 2008, novo Decreto Estadual nº 53.027/08, atribui à Fundação Florestal o gerenciamento das 27 Áreas de Proteção Ambiental (APAs) do Estado de São Paulo, até então sob responsabilidade da Coordenadoria de Planejamento Ambiental Estratégico e Educação Ambiental (CPLEA), como resultado de um processo de reestruturação interna da Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo.

Após mais de 2 anos da edição do Decreto que institui o Sieflor, um novo Decreto, o de nº 54.079 de 5/3/2009 aperfeiçoa o primeiro. Após um período de maturação, as instituições envolvidas – Instituto e Fundação Florestal, reavaliaram e reformularam algumas funções e a distribuição das unidades de conservação de tal forma que todas as Estações Experimentais e as Estações Ecológicas contíguas a estas encontram-se sob responsabilidade do Instituto Florestal, bem como o Plano de Produção Sustentada – PPS; à Fundação Florestal coube a responsabilidade da administração e gestão das demais unidades de conservação do Estado, bem como propor o estabelecimento de novas áreas protegidas.

Considerando-se as RPPNs e ARIEs, acrescidas das unidades, gerenciadas pelo SIEFLOR e, mais recentemente, as APAs, a Fundação Florestal, passou, em menos de dois anos, a administrar mais de uma centena de unidades de conservação abrangendo aproximadamente 3.420.000 hectares ou aproximadamente 14% do território paulista.

Trata-se, portanto, de um período marcado por mudanças e adaptações que estão se concretizando a medida em que as instituições envolvidas adequam-se às suas novas atribuições e responsabilidades. A Fundação Florestal está se estruturando tecnicamente e administrativamente para o gerenciamento destas unidades, sem perder de vista sua missão e o espírito que norteou em assumir a responsabilidade de promover a gestão, ou o termo cotidiano que representa o anseio da sociedade – zelar pela conservação do patrimônio natural, histórico-arquelógico e cultural da quase totalidade das áreas protegidas do Estado, gerando bons negócios, emprego, renda e capacitação profissional às comunidades locais.

## **AGRADECIMENTOS**

A elaboração deste Plano de Manejo é o resultado do trabalho de muitas pessoas colaborando de diferentes formas e em diferentes etapas do processo e é impossível relacionar cada uma delas. Contudo, algumas instituições e grupos de pessoas se destacam no processo.

Primeiramente todos os funcionários e prestadores de serviços do Parque Estadual da Cantareira por sua dedicação e compreensão da importância do processo de revisão do Plano de Manejo.

Os dirigentes da Fundação Florestal e do Instituto Florestal pela priorização do Plano de Manejo do Parque Estadual da Cantareira em suas agendas institucionais.

Os funcionários do Instituto Florestal e da Fundação Florestal que em um exercício de superação de dificuldades e de ideologias, conduziram a elaboração deste Plano de Manejo, apesar das dificuldades que se apresentaram até sua conclusão.

As prefeituras municipais de São Paulo, Guarulhos, Caieiras e Mairiporã, pela cessão de seus técnicos para participarem das oficinas e as estes pelo empenho e dedicação nas discussões do Plano de Manejo.

A Universidade de Guarulhos e todos os pesquisadores de outras instituições e órgãos públicos de pesquisa que se empenharam na elaboração do Plano.

A Guarda Civil Metropolitana de Guarulhos, Guarda Civil Ambiental de São Paulo e A Polícia Ambiental, por mesmo que assoberbados de trabalhos se dispuseram a acompanhar todo o processo.

As ONGs, as Associações de bairro e pessoas da comunidade de entorno, que superaram distâncias e participaram ativamente das oficinas de Planejamento Integrado.

Agradecemos, por fim, aos funcionários da Fundação e do Instituto Florestal – sejam técnicos, pesquisadores ou administrativos; aos estagiários e consultores contratados e a todos que de alguma forma contribuíram para a elaboração deste Plano de Manejo.

## APRESENTAÇÃO

Após exatos 35 anos de sua primeira versão, a Fundação Florestal vem apresentar à sociedade a revisão do Plano de Manejo do Parque Estadual da Cantareira. A ocasião convida à reflexão sobre o significado deste documento.

O primeiro plano, concluído em 1974 em meio a uma sociedade que despertava para o rastro de degradação ambiental que legava às gerações futuras, foi um dos primeiros do Brasil. No estado de São Paulo, a Cantareira dividiu com o Parque Estadual de Campos do Jordão a primazia de contar com esse instrumento técnico de planejamento e gestão, elaborado com a colaboração das escolas florestais alemã e americana.

O que teria ocorrido nessas mais de três décadas?

O mundo de hoje é cada vez mais urbano. Cerca de 50% da população mundial vive em cidades. O Brasil, já tendo atingido índices superiores a 80%, está acima da média global e latino-americana.

As urbes, especialmente nos países em desenvolvimento, apresentam enormes níveis de desigualdade social. Nas chamadas megacidades, com mais de 1 milhão de habitantes, esses contrastes se exacerbam. Ilhas de prosperidade convivem com incontáveis bolsões de exclusão social.

São Paulo, maior metrópole sul-americana e 5ª maior do planeta, é superlativa em todos esses quesitos. Próspero centro econômico e cultural, a região enfrenta seus dilemas sociais e ambientais. A busca por melhor qualidade de vida para seus habitantes esbarra no modelo de desenvolvimento do passado e do presente. As escassas áreas verdes urbanas e a poluição atmosférica que encurta em alguns anos a vida média do cidadão, para ficarmos apenas nesses exemplos, são duas faces de uma mesma moeda.

Nesse cenário, a floresta urbana da Cantareira, emoldurando a paisagem da cidade em seu extremo norte, é passado, presente e futuro.

Testemunhou o processo de ocupação do planalto paulista a partir da chegada dos portugueses, e nos idos do século 19 cedeu parte significativa de sua cobertura vegetal para a cultura do café – ironicamente alcunhado de ouro verde. Quando o governo da província, já no século 20, viu-se compelido a abastecer com água a cidade que se consolidava, decretou a preservação da região, o que, ao longo do último século, possibilitou a recuperação de sua riqueza biológica.

Os estudos contidos neste Plano de Manejo demonstram a extraordinária biodiversidade que o Parque Estadual da Cantareira guarda. Essa importância é ainda mais acentuada por constituir um corredor ecológico – conforme evidenciado pelos trabalhos do Programa Biota-FAPESP - que possibilita o trânsito de fauna, incluindo animais como a onça parda, entre os maciços florestais da Mantiqueira. O futuro da mata atlântica dependerá desses corredores para a manutenção de suas populações.

Ostenta, ademais, atributos de valor incalculável para a metrópole e seus habitantes. Propicia uma série de serviços ambientais que concorrem para o bem-estar de um amplo contingente populacional. Suas matas ainda são responsáveis por regulação, purificação e proteção de

incontáveis cursos d'água e mananciais, onde se destaca a Represa Paiva Castro, desaguadouro final do Sistema Cantareira, responsável pelo abastecimento de 50% da região metropolitana; amenizam a temperatura da mancha urbana, magnificada pelo efeito das ilhas de calor, e, especialmente, seus valores culturais para a paisagem, lazer, turismo e espiritualidade reforçam a auto-estima da cidade.

O reconhecimento internacional do significado do Parque para a cidade consolidou-se em 1994, quando foi declarado pela UNESCO como zona núcleo da Reserva da Biosfera do Cinturão Verde da Cidade de São Paulo, parte integrante da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica.

De fato, o Parque Estadual da Cantareira representa para São Paulo o que emblemáticos parques urbanos representam para suas cidades, como o Bois de Bologne para Paris, o National City Park para Estocolmo, o Table Mountain para a Cidade do Cabo e o próprio Parque Nacional da Tijuca para o Rio de Janeiro.

O presente Plano de Manejo guiará todas as ações de gestão do Parque e de sua Zona de Amortecimento, compatibilizando suas necessidades de conservação ambiental com as de atendimento à população e de sua integração com o ambiente externo.

E o futuro, o que reserva à Cantareira?

É de amplo conhecimento que o crescimento urbano desordenado representa uma das mais graves ameaças ao patrimônio natural do planeta. O PEC não está, e certamente não estará, imune a essas pressões.

Cabe ao poder público e à sociedade responder à altura e criar os instrumentos e as ações para reversão desse quadro. No que tange à nossa responsabilidade algumas dessas ações já estão em curso, especialmente na Zona de Amortecimento do Parque.

Entretanto, muito além do que uma postura eminentemente defensiva de resguardo do Parque Estadual da Cantareira em relação às ameaças externas, desejamos que o Parque seja fonte de inspiração para uma gestão ambiental mais qualificada de toda a metrópole. Que não apenas a cidade detenha sua marcha de avanço em direção à serra, mas que o verde de suas encostas possa descer e penetrar o tecido urbano, tão carente de árvores e de vida.

Esperamos que este Plano de Manejo contribua para a construção desse futuro tão necessário.

São Paulo, Junho de 2009

José Amaral Wagner Neto

Diretor Executivo da Fundação Florestal

O Parque Estadual da Cantareira está localizado em uma zona da Região Metropolitana de São Paulo extremamente complexa do ponto de vista da dinâmica do uso da terra, complexidade esta caracterizada fortemente pela multiplicidade, escala, velocidade e grau de impacto das intervenções que se processam no seu entorno.

Criado com o objetivo original de proteção aos mananciais para garantir um importante serviço ambiental de abastecimento de água para a Região Metropolitana de São Paulo, o Parque Estadual da Cantareira tornou-se um dos maiores remanescentes florestais, com extensão, representatividade e diversidade na região da Serra da Cantareira e um referencial em áreas urbanas protegidas.

A importância dessa área para a conservação e para o Sistema de Unidades de Conservação do Estado de São Paulo é notória. Porém, é conhecida também as pressões sobre o patrimônio natural e seus serviços ambientais, em função da expansão urbana e conseqüente desmatamento e ocupações das áreas de preservação permanente.

Frente a este quadro, temos como maior desafio da gestão do Parque Estadual da Cantareira e, portanto, de seu Plano de Manejo, a implementação de ações que garantam os objetivos a qual este Parque foi criado. Para tanto, este Plano de Manejo sistematizou as informações técnico-científicas de forma a possibilitar a definição de diretrizes e de linhas de ação para a melhoria contínua do Parque e seu entorno.

O que se pode salientar desse Plano de Manejo, dentre todos os assuntos que foram abordados, é a premência de integração de ações, como as de educação ambiental e o policiamento ostensivo da área, ordenamento do uso solo do entorno e integração nos processos de licenciamentos ambientais, participação comunitária na gestão da área protegida e gestão compartilhada entre o público e o privado.

Procurou-se fazer desse processo de revisão do Plano de Manejo o mais participativo possível, envolvendo setores públicos, privados, comunidades, ONGs e imprensa. A pretensão e expectativa sobre esse planejamento são muito grandes, principalmente em função das oficinas e do acesso a maior conhecimento da área pelos diversos atores envolvidos.

Entretanto é fundamental saber que é este Plano não é o fim de um processo, mas o início de um grande trabalho para garantir que essas ações sejam realizadas, com maior comprometimento e responsabilidade de todos.

São Paulo, Junho de 2009

Fernando Décio

Gestor do Parque Estadual da Cantareira

---

## SUMÁRIO

### I Introdução

1.1. A Importância da Serra da Cantareira como Remanescente da Mata Atlântica .....	04
1.1.1. O Sistema Cantareira de Águas .....	05
1.1.2. Uma Floresta Urbana .....	07
1.2. O Parque Estadual da Cantareira .....	09
1.2.1. Histórico .....	09
1.2.2. Criação e Gestão do Parque .....	10
1.2.3. O Plano de Manejo .....	13
1.3. Caracterizações Temáticas do Parque Estadual da Cantareira e Região .....	16
1.3.1. Clima .....	16
1.3.2. Recursos Hídricos .....	16
1.3.3. Geologia, Geomorfologia e Solos .....	17
1.3.4. Biodiversidade .....	18
1.3.5. Patrimônio Histórico-Cultural .....	20
1.3.6. Socioeconomia e Vetores de Pressão .....	22
1.3.7. Uso Público .....	23

### 2 Metodologia

2.1. Princípios e Diretrizes Metodológicas .....	27
2.1.1. Base Técnico-Científica .....	27
2.1.2. Planejamento Integrado .....	28
2.1.3. Planejamento Participativo .....	28
2.1.4. Orientação Estratégica .....	29
2.2. Interação entre os Atores do Planejamento .....	32
2.2.1. Grupo Técnico de Coordenação .....	32
2.2.2. Pesquisadores e Consultores .....	32
2.2.3. Sociedade e Comunidades .....	33
2.3. Síntese da Metodologia Utilizada nos Levantamentos Temáticos .....	35
2.3.1. Meio Físico .....	36
2.3.2. Biodiversidade .....	40
2.3.3. Patrimônio Histórico-Cultural .....	41
2.3.4. Socioeconomia e Vetores de Pressão .....	42
2.3.5. Proteção .....	44
2.3.6. Pesquisa .....	45
2.3.7. Uso Público .....	46
2.3.8. Regularização Fundiária .....	46
2.3.9. Zoonoses .....	47
2.3.10. Gestão Organizacional .....	47
2.4. Zoneamento .....	48
2.5. Geoprocessamento .....	49

### 3 Avaliação do Meio Físico

3.1. Aspectos Climáticos .....	55
3.1.1. Introdução .....	55
3.1.2. Contexto Climático na Escala Sub-Regional .....	56
3.1.3. Contexto Climático na Escala Local .....	58
3.1.4. Contexto Climático na Escala Meso e Topoclimática .....	70
3.1.5. Classificação do Clima no PEAL, PEC e seu Entorno .....	72



3.2. Hidrologia .....	73
3.2.1. Introdução .....	73
3.2.2. Qualidade da Água .....	73
3.2.3. Quantidade da Água .....	81
3.2.4. Vetores de Pressão sobre as Águas Superficiais .....	83
3.3. Geologia, Geomorfologia e Solos .....	85
3.3.1. Substrato Rochoso .....	85
3.3.2. Relevo .....	88
3.3.3. Solos .....	90
3.3.4. Terrenos .....	99
3.3.5. Impactos Ambientais .....	105
<b>4 Avaliação do Meio Biótico</b>	
4.1. Caracterização da Mata Atlântica.....	109
4.1.1. Riqueza de Espécies da Mata Atlântica .....	110
4.2. Caracterização da Biodiversidade do Parque Estadual da Cantareira .....	112
4.2.1. Formações Vegetais Naturais Presentes no Parque Estadual da Cantareira .....	112
4.2.2. Espécies Ameaçadas de Extinção e Outras de Destaque .....	124
4.2.3. Fatores Impactantes da Biodiversidade do Parque Estadual da Cantareira .....	129
4.3. Áreas do Entorno Indicadas para a Conservação .....	141
<b>5 Avaliação do Meio Antrópico</b>	
5.1. Introdução.....	145
5.2. Avaliação Socioeconômica .....	148
5.2.1. Caracterização do Ambiente Regional .....	148
5.2.2. Caracterização Socioeconômica da Área do Entorno do PEC .....	159
5.3. Políticas Públicas Territoriais e Ambientais .....	182
5.4. Uso do Solo Predominante no Entorno do Parque .....	185
5.4.1. São Paulo .....	186
5.4.2. Guarulhos .....	187
5.4.3. Mairiporã .....	188
5.4.4. Caieiras .....	188
5.4.5. Acessos .....	188
5.4.6. Estrutura Linear .....	189
5.4.7. Empreendimentos ou Atividades Licenciadas ou em Fase de Licenciamento .....	189
5.4.8. Áreas Mais Vulneráveis .....	189
5.4.9. Ameaças Futuras .....	190
5.5. Diagnóstico da Ocupação Antrópica .....	191
5.5.1. Análise das Causas Fundamentais .....	191
5.5.2. Caracterização dos Vetores de Pressão .....	192
5.6. Diagnóstico das Principais Zoonoses .....	204
5.6.1. Introdução .....	204
5.6.2. Principais Zoonoses .....	204
<b>6 Zoneamento</b>	
6.1. Organização do Zoneamento .....	223
6.1.1. Introdução .....	223
6.1.2. Critérios de Zoneamento e Ajustes .....	224
6.2. Zona Intangível .....	226
6.2.1. Objetivo Geral .....	226
6.2.2. Objetivos Específicos .....	226
6.2.3. Justificativa .....	226
6.2.4. Zona Intangível I - Pau Furado / Morro do Pavão .....	227

6.2.5. Zona Intangível 2 - Hortolândia .....	227
6.2.6. Normas .....	228
6.2.7. Recomendações .....	229
6.3. Zona Primitiva .....	229
6.3.1. Objetivo Geral .....	229
6.3.2. Objetivos Específicos .....	229
6.3.3. Justificativa .....	230
6.3.4. Descrição .....	230
6.3.5. Normas .....	230
6.3.6. Recomendações .....	231
6.4. Zona de Recuperação .....	232
6.4.1. Objetivo Geral .....	232
6.4.2. Objetivos Específicos .....	232
6.4.3. Justificativa .....	232
6.4.4. Descrição .....	233
6.4.5. Normas .....	233
6.4.6. Recomendações .....	235
6.5. Zona de Uso Conflitante .....	236
6.5.1. Objetivo Geral .....	236
6.5.2. Objetivos Específicos .....	236
6.5.3. Descrição .....	237
6.5.4. Normas .....	237
6.5.5. Recomendações .....	238
6.6. Zona de Uso Extensivo .....	239
6.6.1. Objetivo Geral .....	239
6.6.2. Objetivos Específicos .....	239
6.6.3. Justificativa .....	239
6.6.4. Descrição .....	240
6.6.5. Normas .....	240
6.6.6. Recomendações .....	242
6.7. Zona de Uso Intensivo .....	242
6.7.1. Objetivo Geral .....	242
6.7.2. Objetivos Específicos .....	242
6.7.3. Justificativa .....	243
6.7.4. Descrição .....	243
6.7.5. Normas .....	244
6.7.6. Recomendações .....	245
6.8. Zona de Uso Especial .....	246
6.8.1. Objetivo Geral .....	246
6.8.2. Objetivos Específicos .....	246
6.8.3. Justificativa .....	247
6.8.4. Normas .....	247
6.8.5. Recomendações .....	247
6.9. Zona Histórico-Cultural .....	248
6.9.1. Objetivo Geral .....	248
6.9.2. Objetivos Específicos .....	248
6.9.3. Justificativa .....	248
6.9.4. Descrição .....	248
6.9.5. Normas .....	250
6.2.6. Recomendações .....	251
6.10. Zona de Amortecimento .....	252
6.10.1. Objetivo Geral .....	252
6.10.2. Objetivos Específicos .....	252
6.10.3. Estratégias do Órgão Gestor .....	252
6.10.4. Critérios de Zoneamento .....	253
6.10.5. Delimitação .....	255

6.10.6. Critérios de Ajuste .....	263
6.10.7. Normas .....	263
6.10.8. Avaliação de Impactos na Zona de Amortecimento .....	264
6.10.9 Áreas Propostas para Inclusão .....	265

## **7 Programas de Gestão**

7.1. Gestão Organizacional .....	269
7.1.1. Introdução .....	269
7.1.2. Contextualização .....	270
7.1.3. Diagnóstico da Situação Atual .....	271
7.1.4. Desenvolvimento do Programa de Gestão Organizacional .....	308
7.1.5. Síntese das Diretrizes e Linhas de Ação.....	315
7.2. Proteção .....	317
7.2.1. Introdução .....	317
7.2.2. Diagnóstico da Situação Atual .....	318
7.2.3. Desenvolvimento do Programa de Proteção .....	346
7.2.4. Síntese das Diretrizes e Linhas de Ação .....	353
7.3. Pesquisa e Manejo do Patrimônio Natural e Cultural .....	355
7.3.1. Introdução .....	355
7.3.2. Diagnóstico da Situação Atual das Atividades de Pesquisa Científica .....	356
7.3.3. Diagnóstico da Situação Atual do Patrimônio Histórico-Cultural .....	362
7.3.4. Desenvolvimento do Programa de Pesquisa e Manejo .....	375
7.3.5. Síntese das Diretrizes e Linhas de Ação .....	390
7.4. Uso Público .....	393
7.4.1. Introdução .....	393
7.4.2. Diagnóstico da Situação Atual .....	395
7.4.3. Desenvolvimento do Programa de Uso Público.....	421
7.4.4. Síntese das Diretrizes e Linhas de Ação .....	433
7.5. Interação Socioambiental .....	435
7.5.1. Introdução .....	435
7.5.2. Diagnóstico da Situação Atual .....	436
7.5.3. Desenvolvimento do Programa de Interação Socioambiental .....	479
7.5.4. Síntese das Diretrizes e Linhas de Ação .....	496
7.6. Regularização Fundiária .....	497
7.6.1. Introdução .....	497
7.6.2. Contextualização .....	497
7.6.3. Caracterização da Situação Fundiária do Parque Estadual da Cantareira .....	502
7.6.4. Desenvolvimento do Programa de Regularização Fundiária .....	505
7.6.5. Síntese das Diretrizes e Linhas de Ação .....	509

## **8 Monitoramento e Avaliação**

8.1. Introdução .....	513
8.2. Avaliação e Monitoramento de Programas de Gestão.....	513
8.3. Avaliação da Efetividade do Zoneamento .....	516

---

<b>9 Bases Legais de Apoio à Gestão</b>	
9.1. Introdução .....	521
9.2. Sistema Nacional de Unidades de Conservação .....	521
9.3. Tombamento e Reserva da Biosfera .....	524
9.3.1. Tombamento .....	524
9.3.2. Reserva da Biosfera .....	525
9.3.3. Reserva da Biosfera do Cinturão Verde .....	526
9.4. Mata Atlântica: Proteção Constitucional .....	526
9.5. Sítios Históricos e Culturais: bens da União .....	527
9.6. Zona de Amortecimento e Corredores Ecológicos .....	528
9.6.1. A Zona de Amortecimento nas UCs inseridas em áreas urbanas .....	531
9.7. O Princípio da Precaução .....	532
9.8. Síntese dos Instrumentos Legais para Apoio à Gestão .....	533

---

## LISTA DE TABELAS

- Tabela 1. Unidades de Conservação na Região do Sistema Cantareira de Águas
- Tabela 2. Área dos municípios abrangidos pelo Parque Estadual da Cantareira
- Tabela 3. Reuniões e oficinas de planejamento integrado
- Tabela 4. Classificação de formas de relevo, segundo a amplitude e inclinação
- Tabela 5. Metodologia utilizada na Avaliação Ecológica Rápida
- Tabela 6. Metodologia utilizada nos levantamentos do patrimônio histórico-cultural
- Tabela 7. Metodologia utilizada nos levantamentos sobre socioeconomia e vetores de pressão
- Tabela 8. Metodologia utilizada nos levantamento sobre proteção
- Tabela 9. Metodologia utilizada para avaliação das atividades de pesquisa
- Tabela 10. Metodologia utilizada nos levantamentos sobre uso público
- Tabela 11. Metodologia utilizada nos levantamentos sobre gestão organizacional
- Tabela 12. Critérios utilizados para a elaboração do zoneamento
- Tabela 13. Velocidade predominante do vento na estação meteorológica do PEAL, série 2006-2008
- Tabela 14. Balanço Hídrico Normal por Thorrnthuwaite & Mather (1955) para o Parque Estadual Alberto Löfgren e da Cantareira, valores médios no período de 1992 a 2007
- Tabela 15. Bacias hidrográficas do Parque Estadual da Cantareira
- Tabela 16. Resultados das análises de qualidade da água realizadas pelo laboratório Digilab – Análise Ambiental S.A.
- Tabela 17. Resultados das análises de qualidade da água realizadas pelo laboratório Digilab – Análise Ambiental S.A.
- Tabela 18. Vazões instantâneas dos cursos d'água do PE Cantareira
- Tabela 19. Sub-bacias hidrográficas do Parque Estadual da Cantareira
- Tabela 20. Resultados das análises químicas pedológicas do Parque Estadual da Cantareira, média por classe de solo
- Tabela 21. Resultados das análises granulométricas do Parque Estadual da Cantareira, média por classe de solo
- Tabela 22. Atributos, potencialidades e restrições ao uso dos solos que ocorrem no Parque Estadual da Cantareira
- Tabela 23. Atributos, potencialidades e restrições ao uso dos solos que ocorrem no Parque Estadual da Cantareira
- Tabela 24. Extensão e distribuição das unidades de mapeamento do PEC
- Tabela 25. Extensão e distribuição das ordens de solos referentes à área do PEC
- Tabela 26. Características dos Terrenos Montanhosos que predominam no Parque Estadual da Cantareira
- Tabela 27. Características dos Terrenos Amorreados Baixos que ocorrem no PE da Cantareira
- Tabela 28. Características das Unidade de Terreno Planície Fluvio-Coluvial que ocorre no PE da Cantareira e no PE Alberto Löfgren
- Tabela 29. Características dos Terrenos Colinosos que constituem o PE Alberto Löfgren e ocorrem em áreas restrita do PE da Cantareira

---

Tabela 30.	Processos de degradação e impactos observados no Parque Estadual da Cantareira
Tabela 31.	Número de espécies de mamíferos, aves, anfíbios, répteis e peixes estimadas para o Brasil, Mata Atlântica e São Paulo e número de espécies registradas para o Parque Estadual da Cantareira
Tabela 32.	Extensão de estruturas permanentes de fragmentação de habitats e grau de fragmentação para médios e grandes mamíferos
Tabela 33.	Agrupamento dos municípios de influência direta por unidade político-administrativa e por unidade de gerenciamento de recursos hídricos
Tabela 34.	Caracterização do território (em km <sup>2</sup> ), 2004-2005
Tabela 35.	Produto e renda: participação do setor econômico no total do valor adicionado (em %), 2005
Tabela 36.	Renda e rendimento: total do estado, RMSP e os municípios da área de abrangência do Parque, 2000
Tabela 37.	Trabalho: rendimento médio de acordo com o vínculo empregatício nos setores econômicos, 2006 (em reais correntes)
Tabela 38.	Renda e rendimento: pessoas responsáveis pelos domicílios particulares permanentes por faixa de rendimento, 2000 (em %)
Tabela 39.	Taxa geométrica de crescimento anual da população total (em %)
Tabela 40.	Taxa geométrica de crescimento anual da população (em %)
Tabela 41.	População total (em números absolutos), ano 2007
Tabela 42.	População do município de São Paulo e dos distritos da área de abrangência do Parque Estadual da Cantareira (em números absolutos), ano 2007
Tabela 43.	População e estatísticas vitais: distribuição entre população urbana e rural (em números absolutos), ano 2007
Tabela 44.	Grau de urbanização no estado, na RMSP e nos municípios da área de abrangência do Parque, 2001 e 2007 (em %)
Tabela 45.	Caracterização do território: densidade demográfica (hab./km <sup>2</sup> ) no estado, na RMSP e nos municípios da área de abrangência do Parque Estadual da Cantareira, 2005
Tabela 46.	Taxa de analfabetismo da população de 15 anos e mais (em %)
Tabela 47.	Número total de domicílios (em %) (em números absolutos)
Tabela 48.	Habitação: políticas públicas de atendimento à população no estado, na RMSP e nos municípios da área de abrangência do Parque Estadual da Cantareira, 2002
Tabela 49.	Finanças públicas municipais: despesa per capita com saúde no estado, na RMSP e nos municípios da área de abrangência do Parque, 2003 (em reais de 2007)
Tabela 50.	Coleta de lixo: nível de atendimento no estado, na RMSP e nos municípios da área de abrangência do Parque Estadual da Cantareira, 2000 (em %)
Tabela 51.	Distribuição da população por grupos IPVS da área de entorno do Parque Estadual da Cantareira, 2000
Tabela 52.	Síntese da legislação de uso e ocupação do solo no entorno do Parque
Tabela 53.	Vetores de pressão decorrentes das ocupações urbanas
Tabela 54.	Vetores de pressão decorrentes dos acessos
Tabela 55.	Vetores de pressão decorrentes das estruturas lineares
Tabela 56.	Vetores de pressão decorrentes da atividade de mineração
Tabela 57.	Vetores de pressão decorrentes da atividade rural

---

---

Tabela 58.	Vetores de pressão decorrentes da atividade de reflorestamento
Tabela 59.	Vetores de pressão decorrentes da atividade industrial
Tabela 60.	Vetores de pressão decorrentes da atividade de aterro sanitário
Tabela 61.	Localização dos vetores de pressão decorrentes das ocupações urbanas
Tabela 62.	Localização dos vetores de pressão decorrentes de acessos
Tabela 63.	Localização dos vetores de pressão decorrentes das estruturas lineares
Tabela 64.	Localização dos vetores de pressão decorrentes de mineração
Tabela 65.	Localização dos vetores de pressão decorrentes de atividade rural
Tabela 66.	Localização dos vetores de pressão decorrentes de reflorestamento
Tabela 67.	Localização dos vetores de pressão decorrentes de atividade industrial
Tabela 68.	Localização dos vetores de pressão decorrentes de aterro sanitário
Tabela 69.	Critérios utilizados para hierarquização dos vetores de pressão antrópica
Tabela 70.	Valores absolutos para os tipos de ocupação antrópica e vetores de pressão dela decorrentes
Tabela 71.	Valores relativos para os principais tipos de ocupação antrópica e vetores de pressão dela decorrentes
Tabela 72.	Principais Zoonoses
Tabela 73.	Distribuição de casos de dengue nos municípios do entorno do Parque Estadual da Cantareira, no período de 1998 a 2007
Tabela 74.	Critérios para o zoneamento do Parque Estadual da Cantareira
Tabela 75.	Relação entre o grau de intervenção antrópica e os tipos de zona presentes no PEC
Tabela 76.	Área total de cada zona do Parque Estadual da Cantareira
Tabela 77.	Descrição das áreas localizadas na Zona Intangível
Tabela 78.	Descrição das áreas localizadas na Zona Primitiva
Tabela 79.	Descrição das áreas localizadas na Zona de Recuperação
Tabela 80.	Descrição das áreas localizadas na Zona de Uso Conflitante
Tabela 81.	Descrição das áreas localizadas na Zona de Uso Extensivo
Tabela 82.	Descrição das áreas localizadas na Zona de Uso Intensivo
Tabela 83.	Lista dos bens do patrimônio histórico-cultural para a conservação
Tabela 84.	Legislações de planejamento territorial e de proteção ambiental
Tabela 85.	Infraestrutura do Núcleo Pedra Grande
Tabela 86.	Infraestrutura do Núcleo Engordador
Tabela 87.	Infraestrutura do Núcleo Águas Claras
Tabela 88.	Infraestrutura do Núcleo Cabuçu
Tabela 89.	Síntese da infraestrutura do PEC
Tabela 90.	Quadro de funcionários do Núcleo Pedra Grande e Águas Claras
Tabela 91.	Quadro de funcionários do Núcleo Engordador
Tabela 92.	Quadro de funcionários do Núcleo Cabuçu
Tabela 93.	Síntese dos recursos humanos do PEC
Tabela 94.	Relação mensal (média) de adiantamentos recebidos no PEC dividido para os quatros núcleos, com ano de referência de 2008
Tabela 95.	Serviços terceirizados prestados no PEC
Tabela 96.	Análise situacional estratégica da gestão
Tabela 97.	Objetivos e indicadores das diretrizes

---

Tabela 98.	Propostas para melhoria da gestão orçamentária no PEC
Tabela 99.	Síntese das diretrizes e linhas de ação
Tabela 100.	Elementos prioritários para estratégias de proteção do PEC
Tabela 101.	Equipamentos associados ao Programa de Proteção
Tabela 102.	Efetivo da vigilância dos Núcleos Pedra Grande e Águas Claras
Tabela 103.	Efetivo da vigilância do Núcleo Engordador
Tabela 104.	Efetivo da vigilância do Núcleo Cabuçu
Tabela 105.	Análise situacional estratégica da proteção
Tabela 106.	Objetivos e indicadores das diretrizes
Tabela 107.	Demandas de infraestrutura para o Programa de Proteção
Tabela 108.	Demanda de veículos e equipamentos para o Programa de Proteção
Tabela 109.	Demanda de recursos humanos adequados à infra-estrutura
Tabela 110.	Síntese das diretrizes e linhas de ação
Tabela 111.	Dados comparativos sobre o número de pesquisas do PEC em relação às dez unidades de conservação mais pesquisadas
Tabela 112.	Dados comparativos sobre o número de pesquisas do PEC em relação às unidades de conservação mais próximas
Tabela 113.	Análise situacional estratégica da pesquisa
Tabela 114.	Avaliação dos Bens Patrimoniais
Tabela 115.	Análise situacional estratégica do patrimônio histórico-cultural
Tabela 116.	Objetivos e indicadores das diretrizes
Tabela 117.	Linhas de pesquisa prioritárias
Tabela 118.	Pesquisas prioritárias e lacunas de conhecimento
Tabela 119.	Síntese das diretrizes e linhas de ação
Tabela 120.	Visitação do Núcleo Pedra Grande
Tabela 121.	Visitação do Núcleo Engordador
Tabela 122.	Visitação do Núcleo Cabuçu
Tabela 123.	Número de visitantes no PEC entre 2002 e 2007
Tabela 124.	Descrição de públicos-alvo para atividades de visitação
Tabela 125.	Síntese das características das trilhas do Núcleo Pedra Grande
Tabela 126.	Síntese das características das trilhas do Núcleo Águas Claras
Tabela 127.	Síntese das características das trilhas do Núcleo Engordador
Tabela 128.	Síntese das características das trilhas do Núcleo Cabuçu
Tabela 129.	Atrativos do Parque Estadual da Cantareira
Tabela 130.	Relação da infraestrutura presente nos núcleos
Tabela 131.	Análise do Material Impresso “Folders”
Tabela 132.	Relação de recursos humanos nos núcleos
Tabela 133.	Atividades de Formação de Monitores 2005-2007
Tabela 134.	Parcerias do Parque Estadual da Cantareira
Tabela 135.	Análise situacional estratégica do uso público
Tabela 136.	Objetivos e indicadores das diretrizes
Tabela 137.	Escolas localizadas em áreas de vetores de pressão e correlação com a visitação no Parque
Tabela 138.	Síntese das diretrizes e linhas de ação



---

Tabela 139.	Atores governamentais e não governamentais relevantes à gestão do PEC e respectivos pesos
Tabela 140.	Sugestão de Composição para o Conselho Consultivo do PEC
Tabela 141.	Evolução do PJ-MAIS na RBCV
Tabela 142.	Características Gerais da População
Tabela 143.	Características Gerais da População no Município de São Paulo e Distritos
Tabela 144.	Indicadores de Desigualdade nos Municípios atendidos pelo PJ-MAIS
Tabela 145.	Distribuição da renda (10% mais ricos e 40% mais pobres) em 1991 e 2000
Tabela 146.	Oportunidades no Ecomercado de Trabalho
Tabela 147.	Demandas Institucionais e do Mercado Consumidor na Criação de Oportunidades de Ecomercado
Tabela 148.	População Jovem, Indicadores de Desigualdade e Pobreza
Tabela 149.	Índice Paulista de Vulnerabilidade Social
Tabela 150.	População (número de pessoas) em situação de vulnerabilidade social nos municípios atendidos pelo PJ-MAIS
Tabela 151.	Valores relativos para os principais tipos de ocupação antrópica e vetores de pressão dela decorrentes
Tabela 152.	Objetivos e indicadores das diretrizes
Tabela 153.	Síntese das diretrizes e linhas de ação
Tabela 154.	Instrumentos Legais relativos ao sistema fundiário do Parque Estadual da Cantareira
Tabela 155.	Objetivos e indicadores das diretrizes
Tabela 156.	Síntese das diretrizes e linhas de ação
Tabela 157.	Exemplos de fontes de verificação para os indicadores das Diretrizes
Tabela 158.	Exemplos de planilha de M&A
Tabela 159.	Avaliação final da efetividade do zoneamento
Tabela 160.	Síntese do processo de monitoramento e avaliação
Tabela 161.	Instrumentos legais para apoio à gestão

---

## LISTA DE FIGURAS

- Figura 1. Domínio e remanescentes da Mata Atlântica no Brasil
- Figura 2. Expansão da mancha urbana na Região Metropolitana de São Paulo
- Figura 3. Localização do Sistema Cantareira de Águas
- Figura 4. Fluxograma do Processo de Revisão do Plano de Manejo do Parque Estadual da Cantareira
- Figura 5. Etapas para a elaboração do planejamento estratégico
- Figura 6. Análise situacional estratégica
- Figura 7. Enfoques da contribuição dos atores no planejamento
- Figura 8. Temperatura da superfície dos Parques Alberto Loefgren, Cantareira e seu entorno
- Figura 9. Precipitação média mensal para o Parque Estadual Alberto Loefgren, série 1992-2007
- Figura 10. Porcentagem da distribuição média sazonal das precipitações para o Parque Estadual Alberto Loefgren, série 1992-2007
- Figura 11. Precipitação total anual (mm), Parque Estadual Alberto Loefgren, série 1992-2007
- Figura 12. Precipitação média mensal, precipitação máxima em 24 horas e precipitação máxima em 1 hora Parque Estadual Alberto Loefgren, série 1992-2007
- Figura 13. Distribuição das porcentagens das chuvas nos períodos da manhã, da tarde e da noite
- Figura 14. Distribuição da precipitação nos Parques e áreas de entorno em seus respectivos períodos de observação anual e linha de tendência
- Figura 15. Variação média mensal da temperatura do ar série 1992-2007, Parque Estadual Alberto Loefgren
- Figura 16. Variação da temperatura do ar máxima média e máxima absoluta, série 1992 a 2007. Parque Estadual Alberto Loefgren
- Figura 17. Variação da temperatura do ar mínima média e mínima absoluta, série 1992-2007, Parque Estadual Alberto Loefgren
- Figura 18. Radiação média global e refletida das 6 às 19 horas do dia, série 2000-2007
- Figura 19. Variação da radiação global máxima e média e linha de tendência no período de 2000-2007
- Figura 20. Variação mensal média da umidade relativa do ar para a série 2000-2007, Parque Estadual Alberto Löfgren
- Figura 21. Variação da média das mínimas e das mínimas absolutas da umidade relativa do ar ao longo de 24 horas do mês de janeiro 2000-2007, Parque Estadual Alberto Löfgren
- Figura 22. Variação da média das mínimas e das mínimas absolutas da umidade relativa do ar ao longo de 24 horas do mês de setembro, 2000-2007, Parque Estadual Alberto Löfgren
- Figura 23. Velocidade predominante do vento na estação meteorológica do PEAL, série 2006-2008
- Figura 24. Classificação Climática de Köppen para o Estado de São Paulo
- Figura 25. Linhas da distribuição da precipitação, evapotranspiração e evapotranspiração real ou efetiva (ETR) no PEAL

- 
- Figura 26. Valores da deficiência, retirada e reposição hídrica
- Figura 27. Unidade climática do PEAL, PEC e entorno
- Figura 28. Valores de temperatura dos corpos d'água do Parque Estadual da Cantareira
- Figura 29. Valores de oxigênio dissolvido dos corpos d'água do Parque Estadual da Cantareira
- Figura 30. Valores de pH dos corpos d'água do Parque Estadual da Cantareira
- Figura 31. Valores de cor aparente dos corpos d'água do Parque Estadual da Cantareira
- Figura 32. Valores de turbidez dos corpos d'água do Parque Estadual da Cantareira
- Figura 33. Valores de condutividade dos corpos d'água do Parque Estadual da Cantareira
- Figura 34. Principais áreas protegidas da Região Metropolitana e do município de São Paulo
- Figura 35. Acidentes no transporte rodoviário de produtos perigosos no estado de São Paulo – período: 1983-2004.
- Figura 36. Distribuição da população por grupos do IPVS: Estado de São Paulo e município de Guarulhos, 2000
- Figura 37. Distribuição da população por grupos do IPVS: Estado de São Paulo e município de Mairiporã, 2000
- Figura 38. Distribuição da população por grupos do IPVS: Estado de São Paulo e município de Caieiras, 2000
- Figura 39. Distribuição da população por grupos do IPVS: Município de São Paulo e Subprefeitura Jaçanã/Tremembé, 2000
- Figura 40. Distribuição da população por grupos do IPVS: Município de São Paulo e Subprefeitura Santana/Tucuruvi, 2000
- Figura 41. Distribuição da população por grupos do IPVS: Município de São Paulo e Subprefeitura Casa Verde/Cachoeirinha, 2000
- Figura 42. Distribuição da população por grupos do IPVS. Município de São Paulo e Subprefeitura Freguesia do Ó/Brasilândia, 2000
- Figura 43. Distribuição da população por grupos do IPVS: Município de São Paulo e Subprefeitura Pirituba/Jaraguá, 2000
- Figura 44. Distribuição da população por grupos do IPVS
- Figura 45. Espacialização do IPVS do município de Guarulhos
- Figura 46. Espacialização do IPVS do município de Mairiporã
- Figura 47. Espacialização do IPVS do município de Caieiras
- Figura 48. Espacialização do IPVS da Subprefeitura de Jaçanã e Tremembé
- Figura 49. Espacialização do IPVS da Subprefeitura de Santana/Tucuruvi
- Figura 50. Espacialização do IPVS da Subprefeitura de Casa Verde
- Figura 51. Espacialização do IPVS da Subprefeitura de Freguesia do Ó e Brasilândia
- Figura 52. Espacialização do IPVS da Subprefeitura de Pirituba e Jaraguá
- Figura 53. Distribuição espacial dos casos autóctones de dengue e mosquitos do gênero *Aedes*, no entorno do Parque Estadual da Cantareira no período de 1998 a 2007
- Figura 54. Focos de *Aedes aegypti* nos demais municípios do entorno do Parque Estadual da Cantareira
- Figura 55. Distribuição dos casos de LTA e resultados de pesquisas entomológicas realizadas nas áreas do entorno do Parque Estadual da Cantareira
- Figura 56. Organograma do Parque Estadual da Cantareira
- Figura 57. Número de Visitantes do PEC de 2002 a 2007

- 
- Figura 58. Projetos de pesquisa por tema cadastrados na COTEC entre 1985 e 2007
- Figura 59. Distribuição geográfica dos projetos de pesquisa cadastrados na COTEC entre 1985 e 2007
- Figura 60. Projetos de pesquisa cadastrados na COTEC entre 1985 e 2007 por instituições
- Figura 61. Total de grupos por nível de escolaridade que visitaram o Núcleo Pedra Grande
- Figura 62. Total de grupos por nível de escolaridade que visitaram o Núcleo Engordador
- Figura 63. Total de grupos por nível de escolaridade que visitaram o Núcleo Cabuçu
- Figura 64. Evolução da visitação no PEC
- Figura 65.  rea abrangida pela RBCV, ao centro mancha urbana da Grande São Paulo.
- Figura 66. Modelo Conceitual da AM
- Figura 67. Núcleos de Educa o Ecoprofissional na RBCV (1996-2006)
- Figura 68. Rela o entre serviços ambientais e bem-estar humano

---

## LISTA DE MAPAS

Mapa 1.	Unidades de Conservação da Região do Parque Estadual da Cantareira
Mapa 2.	Localização do Parque Estadual da Cantareira
Mapa 3.	Municípios Abrangidos pelo PEC
Mapa 4.	Carta Média Anual de Pluviosidade
Mapa 5.	Bacias e Sub-Bacias Hidrográficas
Mapa 6.	Pontos de Amostragem
Mapa 7.	Áreas Críticas
Mapa 8.	Geologia
Mapa 9.	Geomorfologia
Mapa 10.	Solos
Mapa 11.	Tipos de Terrenos
Mapa 12.	Principais Impactos
Mapa 13.	Tipos Vegetacionais
Mapa 14.	Uso e Ocupação do Solo no Entorno de Dois Quilômetros
Mapa 15.	Vetores de Pressão
Mapa 16.	Zoneamento
Mapa 17.	Zona de Amortecimento
Mapa 18.	Uso e Ocupação do Solo do Município de São Paulo – Plano Estratégico Regional
Mapa 19.	Lei de Uso e Ocupação do Solo do Município de Guarulhos
Mapa 20.	Sub-Divisões Espaciais do Plano Diretor do Município de Mairiporã
Mapa 21.	Macrozoneamento do Município de Caieiras – Plano Diretor Participativo
Mapa 22.	Ocorrência de Incêndios Florestais
Mapa 23.	Principais Ocorrências do Programa de Proteção
Mapa 24.	Demandas de Infraestrutura para o Programa de Proteção
Mapa 25.	Patrimônio Histórico e Arqueológico
Mapa 26.	Localização das Trilhas e Atrativos
Mapa 27.	Situação Fundiária

---

## LISTA DE ANEXOS

- Anexo 1. Agenda e Lista de Presença das Oficinas de Planejamento
- Anexo 2. Bibliografia
- Anexo 3. Imagens das Unidades de Terreno e Relevo do PEC
- Anexo 4. Cadastro dos Impactos Ambientais do Meio Físico
- Anexo 5. Espécies de Plantas do Parque Estadual da Cantareira
- Anexo 6. Espécies de Grandes e Médios Mamíferos Registradas no PEC
- Anexo 7. Espécies de Roedores Registradas no PEC
- Anexo 8. Espécies de Marsupiais Registradas no PEC
- Anexo 9. Espécies de Morcegos Registradas no PEC
- Anexo 10. Espécies de Aves registradas no PEC
- Anexo 11. Espécies de Anfíbios e Répteis registradas no PEC
- Anexo 12. Espécies de Peixes Registradas no PEC
- Anexo 13. Espécies Exóticas Encontradas no PEC
- Anexo 14. Empreendimentos ou Atividades Licenciados ou em Fase de Licenciamento
- Anexo 15. Cenários Históricos
- Anexo 16. Inventário dos Bens Histórico-Culturais do PEC
- Anexo 17. Levantamento das Trilhas e Caminhos do PEC
- Anexo 18. Levantamento dos Impactos nas Trilhas
- Anexo 19. Levantamento dos Atrativos do PEC
- Anexo 20. Infraestrutura do Programa de Uso Público

---

## LISTA DE SIGLAS

AAE	Avaliação Ambiental Estratégica
AER	Avaliação Ecológica Rápida
AIA	Avaliação de Impacto Ambiental
AID	Área de Interferência Direta
AM	Avaliação Ecosistêmica do Milênio
APA	Área de Proteção Ambiental
APM	Área de Proteção dos Mananciais
APP	Área de Preservação Permanente
APRM	Área de Proteção e Recuperação dos Mananciais
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BOI	Boletim de Ocorrência de Incêndios
CADTERC	Cadastro de Serviços Terceirizados do Estado de São Paulo
CASC	Congregação das Associações da Serra da Cantareira
CCZ	Centro de Controle de Zoonoses
CDB	Convenção da Diversidade Biológica
CDHU	Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo
CDMA	Coordenadoria de Defesa do Meio Ambiente
CDR	Centro de Disposição de Resíduos
CECI	Centro de Engenharia e Cadastro Imobiliário
CGPG	Conselho de Gestão do Patrimônio Genético
CITES	<i>Convention on International Trade in Endangered Species</i>
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
COMDEC	Conselho Municipal de Defesa Civil
CONAMA	Conselho Nacional de Meio Ambiente
CONDEPHAAT	Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico
COTEC	Comissão Técnico Científica
COVISA	Coordenação de Vigilância em Saúde
CPLA	Coordenadoria de Planejamento Ambiental
CRI	
CTEEP	Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista
DAEE	Departamento de Águas e Energia Elétrica
DAIA	Departamento de Avaliação de Impacto Ambiental
DBO	Demanda biológica de oxigênio
DEPRN	Departamento Estadual de Proteção de Recursos Naturais
DER	Departamento de Estradas de Rodagem
DERSA	Desenvolvimento Rodoviário S/A
DO	Diretoria de Operações
DPH	Departamento de Patrimônio Histórico
DQO	Demanda química de oxigênio
DRPE	Diretoria de Reservas e Parques Estaduais
EIA	Estudo de Impacto Ambiental

---

EMBRATUR	Empresa Brasileira de Turismo
EMPLASA	Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano S/A
ETA	Estação de Tratamento de Água
ETR	Evapotranspiração real ou efetiva
FAO	Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
FAPESP	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
FEHIDRO	Fundo Estadual de Recursos Hídricos
GCM	Guarda Civil Metropolitana
IAV	Instituto Ambiente Vivo
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INMET	Instituto Nacional de Meteorologia
INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IPRS	Índice Paulista de Responsabilidade Social
IPT	Instituto de Pesquisas Tecnológicas
IPVS	Índice Paulista de Vulnerabilidade Social
IUCN	<i>International Union for Conservation of Nature</i>
MPE	Micro e Pequena Empresa
NEE	Núcleo de Educação Ecoprofissional
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMM	Organização Mundial de Meteorologia
OSCIP	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PAEP	Pesquisa de Atividade Econômica Paulista
PESM	Parque Estadual da Serra do Mar
PGA	Plano de Gestão Ambiental
PGE	Procuradoria Geral do Estado
PIB	Produto Interno Bruto
PJ-MAIS	Programa de Jovens – Meio Ambiente e Integração Social
PMSP	Prefeitura Municipal de São Paulo
PNAP	Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas
POA	Planejamento Orçamentário Anual
PPMA	Projeto de Preservação da Mata Atlântica
RAE	Repartição de Água e Esgoto
RBCV	Reserva da Biosfera do Cinturão Verde
RL	Reserva Legal
RMSP	Região Metropolitana de São Paulo
RPPN	Reserva Particular do Patrimônio Natural
SAAE	Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Guarulhos
SABESP	Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo
SEAQUA	Sistema Estadual de Administração da Qualidade Ambiental
SEMPLA	Secretaria Municipal de Planejamento
SIEFLOR	Sistema Estadual de Florestas
SIGRH	Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos



---

SINAN	Sistema Nacional de Agravos de Notificação Compulsória
SMA	Secretaria de Estado do Meio Ambiente
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
SUCEN	Superintendência de Controle de Endemias
SVMA	Secretaria do Verde e do Meio Ambiente
SWOT	<i>Strengths, Weaknesses, Opportunities, and Threats</i>
TAC	Termo de Ajustamento de Conduta
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
TCCA	Termo de Compromisso de Compensação Ambiental
TdR	Termo de Referência
TRPP	Transporte rodoviário de produtos perigosos
UBS	Unidade Básica de Saúde
UGRHI	Unidades de Gerenciamento de Recursos Hídricos
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNG	Universidade Guarulhos
UNIFIG	Centro Universitário Metropolitano de São Paulo
USP	Universidade de São Paulo
UTM	<i>Universe Transversal Mercator</i>
WWF	<i>World Wildlife Foundation</i>
ZA	Zona de Amortecimento
ZUC	Zona de Uso Conflitante
ZUE	Zona de Uso Extensivo

## Ficha Técnica do Parque Estadual da Cantareira

### Responsável pelo Expediente Executivo

- Fernando Déscio

**Endereço** Núcleo Pedra Grande  
Rua do Horto, 2799  
CEP: 02377-000

**Telefones** (11) 2203-3266 / 2203-0073

**Fax** (11) 2203-3266

**E-mail** pe.cantareira@fflorestal.sp.gov.br

**Área do Parque** 7.916,52 ha

**Perímetro do Parque** 91 km

**Área de Propriedade do Estado**

**Numero de Visitantes** 60.000/ano

### Municípios

- São Paulo (4.278,50 ha)
- Mairiporã (798,00 ha)
- Caieiras (149,17 ha)
- Guarulhos (2.674,33 ha)

### Coordenadas Geográficas

- Latitude 23°35' e 23°45' Sul
- Longitude 46°70' e 46°48' Oeste

### Data de Criação do Conselho Consultivo

- 01/04/2003

### Legislação Específica de Proteção

- Lei nº. 6.884 de 29/08/1962, regulamentada pelo Decreto nº. 41.626 de 30/01/1963.
- Lei Estadual nº 10.228 de 24/09/1968 que dispõe sobre a criação do Parque Estadual Turístico da Cantareira.
- Resolução da Secretaria da Cultura (CONDEPHAAT) nº 18, de 04/08/1983, com base nos termos do art. 1º, do Decreto-Lei nº 149 de 15/08/1969 e do Decreto nº 13.426 de 16/03/1979 (declarou tombada a área da Reserva Estadual da Cantareira e Parque Estadual da Capital).
- Zona Núcleo da Reserva da Biosfera do Cinturão Verde da Cidade de São Paulo, reconhecida pela UNESCO em 09/06/1994.

### Acesso ao Parque

- Núcleo Pedra Grande: acesso pela Rua do Horto, a 800 metros do lado direito do portão de entrada do Parque Estadual Alberto Löfgren - PEAL.
- Núcleo Engordador: acesso pela Rodovia Fernão Dias altura do Km 80 ou Av. Cel. Sezefredo Fagundes altura do número 19.100. Esta via acessa uma estrada de terra, denominada Engordador, que tem como ponto final o portal de entrada do Núcleo.
- Núcleo Águas Claras: acesso pela Av. Senador José Ermínio de Moraes, s/número - Divisa de São Paulo e Mairiporã.
- Núcleo Cabuçu: acesso pela Av. Pedro de Souza Lopes, número 7.903 (antiga estrada do Cabuçu). Município de Guarulhos.

### Fauna

- Em relação à fauna estima-se que um total de 388 espécies de vertebrados esteja presente no Parque, dos quais 97 são mamíferos, 233 são aves, 28 são anfíbios, 20 são répteis e 10 são peixes. Para invertebrados, há registros de 478 espécies, das quais 91 espécies de abelhas, 303 espécies de aracnídeos, 62 espécies de formigas e 22 espécies de culicídeos. O total estimado de espécies da fauna é de 866 espécies.

### Vegetação

- A principal formação vegetacional do PEC é a Floresta Ombrófila Densa Montana em diversos estágios de regeneração originada a partir da regeneração florestal de áreas que foram adquiridas no final do século XIX para o abastecimento de água da cidade de São Paulo. Predominam no Parque as florestas em estágio médio de regeneração. Há poucos trechos significativos de floresta em estágios avançado e maduro.
- Ao reunir as diversas fontes de informação, foram selecionados registros referentes a 678 espécies no PEC. Essas espécies estão distribuídas em 120 famílias e 338 gêneros. Dentre essas espécies, 650 são angiospermas (Magnoliophyta), 1 é gimnosperma (Pinophyta) e 27 são pteridófitas (Pteridophyta).

### Atrativos

- Núcleo Pedra Grande: mirante da cidade de São Paulo a 1.010 m de altura.
- Núcleo Engordador: trilhas e a Casa da Bomba, patrimônio histórico do sistema de abastecimento de água de São Paulo.
- Núcleo Águas Claras: trilhas e o Lago das Carpas.
- Núcleo Cabuçu:
- Patrimônio Cultural: Barragem do Cabuçu, Barragem do Engordador e a Casa da Bomba no Núcleo Engordador.

### Infraestrutura

- |                       |                         |                         |
|-----------------------|-------------------------|-------------------------|
| ▪ Almojarifados       | ▪ Museu da Pedra Grande | ▪ <i>Playgrounds</i>    |
| ▪ Escritórios         | ▪ Estacionamentos       | ▪ Centros de Visitantes |
| ▪ Galpões e depósitos | ▪ Sanitários            | ▪ Viveiros de mudas     |
| ▪ Residências e bases | ▪ Guaritas              | ▪ Auditórios            |

### Veículos

- Duas caminhonetes com cabine dupla
- 2 motos tipo trail
- Um veículo tipo passeio

#### Atividades Desenvolvidas

- Proteção: o Parque integra a Operação Mata Fogo da SMA e participa de operações de fiscalização conjuntas com a Polícia Ambiental e o DEPRN.
- Uso Público: durante a semana o Parque é aberto à visita de grupos escolares previamente agendados e aos finais de semana é aberto aos visitantes em geral. Devido à sua localização, o Parque é a principal alternativa de lazer para as comunidades do entorno.
- Pesquisa: Parque encontra-se entre as UCs que mais têm projetos de pesquisa, com destaque para os trabalhos sobre mamíferos e aves, sendo considerado pela BirdLife International com Área Importante para Conservação de Aves no Brasil (IBAs).

#### Participação em Fóruns e Grupos de Trabalho Locais e Regionais

- Membro do Comitê da Operação Defesa Das Águas – Programa Complexo dos Cântaros – Sistema de Amortecimento e Proteção de Recursos Naturais Presentes no Maciço da Cantareira – Município de São Paulo;
- Membro do grupo de trabalho da implantação da APA Cabuçu-Tanque Grande.

#### Relações Institucionais mais Importantes

- CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista: convênio resultante de processo de licenciamento ambiental para a repotenciação e re-instalação de torres de transmissão de energia em traçado diferente do original, dentro da área do PEC.
- CDR - Pedreira (Centro de Disposição de Resíduos - Pedreira): termo de compromisso de compensação ambiental resultante de processo de licenciamento para operação do aterro sanitário, localizado em área limítrofe ao Núcleo Cabuçu.
- SAAE - Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Guarulhos: instalação da ETA - Sistema Produtor Cabuçu, dentro do Núcleo Cabuçu.
- Pedreiras do entorno do Núcleo Engordador.
- Estradas e Rodovia (BR-381 Fernão Dias) que cortam o Parque.

#### Atividades Conflitantes

- As principais atividades conflitantes com os objetivos da unidade de conservação no PEC são resultado dos vetores de pressão urbana localizados no entorno e no interior da unidade, entre eles o despejo de resíduos e os diversos usos indevidos.
- As estradas e a Rodovia BR-381 (Fernão Dias) que cortam o Parque e permitem o acesso indiscriminado ao interior da unidade causando sérios danos.

#### Equipe do Parque

<b>Função Principal</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Gestão/Administração: 05</li><li>▪ Uso Público: 10</li><li>▪ Manutenção: 26</li><li>▪ Proteção – vigias florestais: 08</li><li>▪ Proteção – vigias patrimoniais: 10 (postos)</li><li>▪ Proteção – portarias: 07 (postos)</li><li>▪ Estagiário: 06</li></ul>
<b>Vínculo Empregatício</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Instituto Florestal: 20</li><li>▪ Fundação Florestal: 01</li><li>▪ Empresa de vigilância patrimonial: 17 (postos 24 horas)</li><li>▪ Manutenção (terceirizados): 15</li><li>▪ Licenciamentos Ambientais (Via Ong e Oscip): 07</li><li>▪ Estagiário/Monitor (remunerados): 10</li><li>▪ Estagiários voluntários: 02</li></ul>
<b>Nível de Escolaridade</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Superior completo: 8</li><li>▪ Superior incompleto: 8</li><li>▪ Médio completo: 25</li><li>▪ Médio incompleto: 20</li><li>▪ Básico completo: 07</li><li>▪ Básico incompleto: 32</li></ul>
<b>Total</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>▪ 100 pessoas</li></ul>